



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

| |
|----------------------|
| Expeça - se |
| Publique - se |
| |
| O Secretário da Mesa |

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – Nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2017 se afirma que: *“Ainda no domínio da conetividade territorial, o Governo iniciou, em 2016, os estudos de avaliação da capacidade futura do Aeroporto Humberto Delgado, de modo a que, durante o ano de 2017, sejam tomadas as decisões necessárias sobre esta matéria”*;

2 – Também em resposta às solicitações feitas pela Comissão de Defesa Nacional ao Ministério da Defesa Nacional se afirmou que teria sido criado um Grupo de Trabalho *“cujo relatório, ainda em análise, prevê a possibilidade de utilização da infraestrutura aeronáutica da BA6-Montijo, enquanto aeroporto complementar de Lisboa, através da implantação de um terminal civil e restantes infraestruturas associadas, que impõe diversos constrangimentos, sobretudo relacionados com a utilização do espaço aéreo”*;

3 – Mais recentemente, e de acordo com vários anúncios feitos na comunicação social, apareceu um estudo da Eurocontrol que diz que, enquanto não for construída uma infraestrutura de raiz que sirva a cidade de Lisboa, o Montijo é a opção que garante os 72 movimentos de aviões por hora que permitem dar sustentabilidade ao crescimento do tráfego em *“segurança e operação simultânea”* com a Portela;

4 – Para que se possa concretizar a meta dos 72 movimentos hora, e segundo a NAV escreve no relatório do referido Grupo de Trabalho, existirão *“... grandes restrições à atividade militar, numa porção significativa de território continental, afetando três das cinco Bases da FA (Montijo, Sintra e Monte Real), bem como o Campo de Tiro de Alcochete.”*

5 – A solução aeroportuária do Montijo, segundo a opinião de vários Pilotos, não permite que as aeronaves de longo curso possam ali aterrar, ainda que não lhes esteja vedada a aterragem de emergência;

6 – Uma decisão de partilha do espaço aeroportuário entre aviação civil e militar é considerada por muitos especialistas como difícil, sendo para lá disso necessário promover investimentos que possam garantir a transferência de meios (na área militar) por um lado e a melhoria nas acessibilidades e infraestruturas (na área civil) por outro lado;

7 – Durante o lançamento da pareceria do Governo com a ANA aeroportos, realizada ontem, o Primeiro-Ministro disse: “Acho que o país já estudou o que tinha a estudar. Importa decidir o que se tem de decidir.”; estando assim implícito nas palavras do governante que já existem estudos e dados concretos que permitem que se tome uma decisão consciente;

8 – O Governo, ao longo dos dias em que tem falado desta nova solução, anunciou ainda que quanto aos acessos ao Montijo existirá um reforço das ligações fluviais e um novo acesso à ponte Vasco da Gama, afastando contudo a hipótese de uma terceira travessia sobre o rio Tejo;

9 – Ainda no que diz respeito às soluções de mobilidade para a travessia do Tejo tem sido avançada a possibilidade de vir a ser criada uma ligação ferroviária na ponte Vasco da Gama, assegurada por intermédio de um metro ligeiro.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, que nos termos e fundamentos que antecedem nos possam responder às seguintes perguntas:

1 – Nas disposições assinadas no documento de concessão dos aeroportos nacionais a ANA aeroportos ficou obrigada a avançar com uma solução para o Novo Aeroporto de Lisboa, quando se verificassem pelo menos três dos fatores de capacidade. Certo é que foram atingidos os 22 milhões de passageiros. Também se verificaram os outros dois fatores de capacidade?

2 – No que diz respeito aos pedidos de atribuição de “slots” foi atingida a capacidade máxima do Aeroporto de Lisboa?

3 – Quais foram os estudos de impacto ambiental, entregues ao Governo, que deram cobertura a uma solução aeroportuária no Montijo?

4 – Há estudos de tráfego aéreo que recomendem ou aconselhem a necessidade de uma solução complementar ao Aeroporto da Portela? A “Roland Berger”, no estudo que fez para o estado, apresentou estudos de tráfego? Quais os resultados?

5 – Que estimativas de custos foram feitas pelo Governo e quanto desse montante apurado significa investimento do Estado até à concretização da obra, anunciada para 2022?

6 – Qual o custo que foi estimado pelo Governo para a recolocação de aeronaves, e de outros bens da Força Aérea Portuguesa, em outras bases militares?

7 – A NAV está a proceder à aquisição de um novo sistema de gestão de tráfego aéreo, que lhe irá permitir uma otimização do espaço aéreo, em especial na área terminal de Lisboa. Este sistema, já suporta a nova realidade operacional do Montijo? Se sim, então a decisão Montijo já era assumida pela NAV ainda antes da decisão política, se não, quanto vai custar à NAV adaptar este novo sistema?

8 – Quem é que vai ser responsável pela segurança – Security – dentro da base militar? Dentro do terminal de passageiros, e num possível terminal de carga e correio, não será difícil adivinhar que a responsabilidade será da PSP ou da GNR, mas nas outras áreas, nomeadamente do “Lado AR”, a responsabilidade será militar? A quem se paga esses serviços, quem paga e como se paga?

9 – Sabe-se que muitas companhias não têm qualquer negócio de carga, mas existem operadores que têm nessa vertente um negócio complementar ou até o principal. O Montijo será apenas um terminal de passageiros ou terá também carga? E correio?

10 – Quais as companhias que manifestaram a intenção de operar no Montijo? As “low cost”, como só transportam passageiros, seriam as que melhor se adequariam à operação do Montijo, contudo têm atualmente o direito de operar na Portela, logo, e à partida, só com algum tipo de contrapartida teriam interesse em se deslocar. Estas companhias terão algum tipo de contrapartidas financeiras, nomeadamente nos preços das Taxas aeroportuárias a aplicar no Montijo?

11 – Ainda no que diz respeito às taxas aeroportuárias, há estudos que apontem para os valores que serão praticados? Quanto receberá a Força Aérea pela utilização da sua infraestrutura?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 17 de Fevereiro de 2017

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

Deputado(a)s

FILIPE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)